



Ex-governador do DF anunciou que está fora das eleições de 2026. Decisão ocorre em meio a desgastes políticos provocados pelo escândalo do Banco Master e pela alta rejeição local

Ibaneis Rocha desiste de concorrer ao Senado

» ANA MARIA CAMPOS
» CARLOS SILVA
» ADRIANA BERNARDES
» RAPHAELA PEIXOTO

A renúncia de Ibaneis Rocha (MDB) da pré-candidatura ao Senado mexe com as negociações dos partidos que fazem parte da coligação encabeçada por Celina Leão (PP). Na tarde de ontem, ele anunciou que está fora do páreo. “Quero cuidar da minha vida. Já fiz a minha parte, agora é cuidar dos filhos”, afirmou ao **Correio**. A decisão encerra meses de especulações sobre a candidatura e altera o tabuleiro eleitoral no DF no próximo pleito.

Com a reviravolta, o MDB vai reivindicar outro espaço na chapa majoritária, uma vez que tinha espaço importante com a disputa ao Senado. “O cenário está aberto”, afirma o presidente da Câmara Legislativa, Wellington Luiz (MDB), que é também presidente regional do partido.

Nas negociações em torno da reeleição de Celina, cabe ao Republicanos o cargo de vice. O nome acordado é o do ex-chefe da Casa Civil Gustavo Rocha que se filiou ao partido no ano passado. Pessoa da confiança de Ibaneis, ele conquistou a confiança de Celina. Nos últimos tempos, com o afastamento entre a governadora e Ibaneis, surgiram dúvidas sobre a permanência de Gustavo Rocha na chapa. Mas aliados de Celina garantiam que o entendimento persistia.

Agora, no entanto, novas rodadas de discussões podem esquentar o cenário. O MDB não tem nomes com intenção de disputar o Senado no lugar de Ibaneis. Mas pode surgir um nome para o páreo. Exemplo: o deputado federal Fred Linhares (Republicanos-DF) chegou a ser cotado para a disputa, mas acertou apoio a Ibaneis. Agora o cenário mudou.

A direção nacional do MDB vai reivindicar, segundo integrantes do partido, o espaço proporcional a uma legenda que tem cinco deputados distritais, um deputado federal e um ex-governador.

Ibaneis tomou a decisão de anunciar a renúncia de sua fazenda em Correntes, no Piauí, onde está se preparando para comemorar amanhã o aniversário de 55 anos. Também está organizando um leilão de gado. Ele estava digerindo desde a semana passada notícias sobre quedas nas pesquisas.

Ele vem acompanhando há meses a queda nas intenções de votos. Saiu de uma situação em que era praticamente um senador eleito, para o cenário em que figura em quarto ou quinto colocado, com alto nível de rejeição.

Sem falar com ninguém no campo político, Ibaneis anunciou a desistência. Não conversou com figuras importantes do MDB e todos foram pegos de surpresa. Não pelo mérito, mas pelo timing. “Seria uma hipocrisia dizer que não esperávamos por isso. Mas não fomos consultados. Esse é o estilo do (ex-)governador. Tomar as decisões sem conversar antes com os aliados”, afirma Wellington. Para pessoas próximas, Ibaneis não deve disputar nenhum cargo nas eleições.

Repercussão

Procurado, o presidente nacional do MDB, o deputado Baleia Rossi não se manifestou e disse que o MDB-DF poderia dar um posicionamento. O líder local do partido, deputado distrital Wellington Luiz, lamentou a decisão do ex-governador e ressaltou o legado de Ibaneis à frente do Governo do Distrito Federal. “Em algum momento, infelizmente, tivemos problemas, e aí o governador certamente entendeu que era o melhor momento para dar uma parada e reorganizar”, declarou.

Nas últimas semanas, a pesquisa **Correio/OPINIÃO** Inteligência Política, realizada entre 11 e 15 de junho e divulgada no dia 17 de junho, mediu os índices de rejeição dos pré-candidatos ao Senado.

Ed Alves/CB/D.A Press



Quero cuidar da minha vida. Já fiz a minha parte, agora é cuidar dos filhos”

Ibaneis Rocha, ex-governador do DF

e afirmou que a decisão estaria relacionada à perspectiva de derrota nas urnas. “A desculpa é no mínimo inusitada para quem descansou durante oito anos”, afirmou Sigmaringa.

O presidente do PT-DF também fez referência aos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, quando Ibaneis foi afastado temporariamente do cargo por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). “Aliás, lembremos do 8 de janeiro de 2023, quando Ibaneis também estava descansando”, declarou.

Na avaliação do dirigente petista, a desistência não decorre de uma decisão pessoal, mas do cenário eleitoral. “Agora seria derrotado na eleição e por isso desistiu da candidatura”, disse Guilherme, ao comentar a saída do ex-governador da disputa por uma das duas vagas do Distrito Federal no Senado Federal.

Ao **Correio**, a senadora Leila Barros, pré-candidata à reeleição, atribuiu a desistência ao caso BRB-Master. “Quem acompanha a política do DF sabe que essa desistência não tem a ver com descansar, mas com os escândalos do caso BRB-Master, que aconteceram sob a gestão dele, e que ainda precisam ser esclarecidos”, disse.

Desgaste

A pré-candidatura de Ibaneis vinha sofrendo desgastes desde o escândalo do Banco Master, liquidado no fim do ano passado e cujo dono, o ex-banqueiro, Daniel Vorcaro, foi preso pela Polícia Federal (PF) investigado por fraudes no

sistema financeiro, entre outros crimes. O expoente do MDB no DF ficou no centro do furacão, por ter liderado a tentativa de compra do Master pelo Banco de Brasília (BRB), arrastando o banco estatal para a maior crise econômica e de credibilidade da sua história.

O BRB chegou a comprar um total de R\$ 21,9 bilhões títulos do Master. Desse valor, R\$ 2,6 bilhões são títulos podres, ou seja, não existiam. Outros R\$ 6,2 bilhões são títulos que sugerem alguma fraude ou podem estar supervalorizados, segundo avaliação da nova gestão do BRB. Em 16 de abril deste ano, o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, indicado por Ibaneis, foi preso preventivamente na operação Compliance Zero. De acordo com a Polícia Federal, ele teria recebido de Daniel Vorcaro imóveis avaliados em R\$ 146 milhões para autorizar as operações do Master.

A crise ganhou novos contornos quando veio à tona um contrato firmado pelo escritório de advocacia fundado por Ibaneis para a cessão de R\$ 38,12 milhões em honorários de precatórios a um fundo de investimento ligado à gestora Reag Legal Claims.

Segundo informações divulgadas à época, o contrato foi assinado em maio de 2024 e previa o pagamento de cerca de R\$ 10,3 milhões, valor correspondente a aproximadamente 27% do montante original, após um deságio de cerca de 73%. Desse total, R\$ 4 milhões foram destinados ao escritório Ibaneis Advocacia e R\$ 6,3 milhões ao escritório do advogado Engels Muniz.

As revelações ampliaram o alcance das investigações sobre o caso BRB-Master porque a Reag é alvo de apurações da Polícia Federal nas operações Compliance Zero e Carbono Oculto. De acordo com as investigações, a gestora é suspeita de ter sido utilizada para movimentações financeiras consideradas atípicas e, em outra frente investigativa, de administrar fundos que teriam servido para ocultar recursos ligados ao crime organizado. Até o momento, não há decisão judicial que vincule Ibaneis às irregularidades investigadas.

À época, a defesa de Ibaneis afirmou que a negociação envolvendo a Reag refere-se à cessão de direitos creditórios oriundos de honorários advocatícios relacionados a uma ação judicial movida contra a União. De acordo com o documento, o contrato foi firmado em 29 de maio de 2024 e teve como objeto créditos decorrentes de um processo iniciado em 2008, que, segundo a defesa, percorreu todas as instâncias do Judiciário, inclusive o Supremo Tribunal Federal (STF).

O escritório afirma que a operação envolveu a cessão da totalidade dos créditos de honorários contratuais, cujo valor de face era de R\$ 38.126.581,10. Em razão da negociação, os escritórios Ibaneis Advocacia e Engels Augusto Muniz Sociedade Individual de Advocacia receberam R\$ 10,3 milhões, o equivalente a 27% do valor de face dos créditos.

Conforme a nota, o montante foi depositado regularmente em contas bancárias no dia 12 de junho de 2024, sendo R\$ 4 milhões destinados ao Ibaneis Advocacia e R\$ 6,3 milhões ao escritório de Engels Muniz. A defesa sustenta que, após a conclusão da operação, o Fundo Reag Legal Claims passou a ser o responsável por buscar judicialmente o recebimento dos valores.

O escritório também argumenta que a cessão de créditos é uma prática comum no mercado jurídico e financeiro. Na nota, afirma que se trata de um “negócio jurídico regular, lícito e reiteradamente praticado no mercado por escritórios de advocacia, credores da Fazenda Pública e instituições financeiras”, mecanismo utilizado para “abreviar o recebimento, com deságio, de valores decorrentes de ações judiciais contra entes públicos”.

Pressão

O caso provocou forte reação no meio político. Na Câmara Legislativa, o PL protocolou um requerimento para instalação da CPI do BRB-Master. Com os três deputados da legenda e os sete parlamentares da oposição, o pedido alcançava o número necessário de 10 assinaturas para a abertura da comissão. Paralelamente, a bancada do PT solicitou à Procuradoria-Geral do Distrito Federal uma auditoria sobre operações envolvendo precatórios, enquanto o PSB-DF apresentou notícia de fato ao Supremo Tribunal Federal pedindo o afastamento do então governador. PSOL e Rede anunciaram um pedido de impeachment, alegando possíveis crimes contra a probidade administrativa, as leis orçamentárias e a correta aplicação de recursos públicos.

A pressão também chegou ao âmbito federal. Os deputados Érika Kokay (PT-DF) e Pedro Uczai (PT-SC) encaminharam à Procuradoria-Geral da República uma notícia de fato pedindo investigação sobre a suposta participação de Ibaneis nas operações entre o BRB e o Banco Master. Os parlamentares solicitaram ainda o bloqueio de bens do ex-governador e defenderam que a PGR requisitasse documentos da Polícia Federal, do Banco Central, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e do próprio BRB para aprofundar as apurações.

Colaboraram Mila Ferreira e Paulo Gontijo